

ECONOMIA

| NEGÓCIOS |

Chineses têm interesse no polo madeireiro local



Fieam recebeu a comitiva da China

| DIVULGAÇÃO

Delegação da Associação da Indústria Florestal Chinesa, de Beijing, composta por mais de dez membros que representam o governo e o empresário reuniram-se ontem (5), na Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), para tratar do potencial de investimento no polo madeireiro.

O primeiro vice-presidente da Fieam, Nelson Azevedo, recebeu a comitiva e assinou o acordo de cooperação estratégica com o chefe da delegação e ministro Florestal da China, Jiapin Feng.

Segundo Feng, a China tem base sólida e ampla cooperação com outros países em pesquisa florestal, indústria básica, inovação científica e tecnologia, por isso, o interesse em se aproximar do Amazonas que possui a maior floresta tropical do mundo. A iniciativa foca na cooperação na indústria florestal para facilitar a comunicação, gerir e promover oportunidades de negócios.

Curso

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL Amazonas) vai promover o curso "Compliance e

Eficiência Empresarial" que pretende capacitar empresas em práticas eficientes para cumprimento de normas legais e regulamentares, políticas e diretrizes estabelecidas para melhoria da competitividade nos negócios.

A qualificação será realizada entre os dias 8 a 10 de maio, das 8h às 16h, e é voltada para profissionais em busca de ferramentas que os habilitem na criação de um programa de Compliance efetivo e eficiente, e que trabalhem em organizações atentas para o atual momento brasileiro.

Produtividade do trabalhador recua 7% entre 2014 e 2016

Para especialistas, recuo mostra fragilidade ainda maior da produtividade que, desde 1980, está praticamente estagnada

Das Agências
Redacao@diarioam.com.br

Brasília

A recessão que derrubou o PIB do País por dois anos seguidos e levou o grupo de desempregados a bater recorde, ultrapassando 14 milhões, resultou em uma perda da produtividade do trabalho — indicador que mede o quanto cada trabalhador contribui para a

geração de riqueza — na ordem de 7%, segundo estudo do Banco Bradesco. Para especialistas, o recuo preocupa porque denota uma fragilidade ainda maior da produtividade do País que, desde a década de 1980, está praticamente estagnada, crescendo em média 0,1% ao ano.

“Foi derrubado por uma combinação de investimentos em setores equivocados, que eram pouco produtivos e não deram resultado, e pela traje-



Trabalho Perda de produtividade impacta na retomada da atividade econômica

tória explosiva da dívida pública, que acabou com a confiança de consumidores e empresários e travou investimentos”, avalia Fernando Veloso, pesquisador da área de trabalho da Fundação Getúlio Vargas.

Ariana Stephanie Zerbinatti, economista e autora do estudo, diz que o recuo de 7% do indicador — resultado da divisão do PIB pelo número de trabalhadores — só não foi mais intenso porque o mercado de trabalho começou a demitir com mais intensidade apenas no segundo semestre de 2015. Essa queda, de acordo com o relatório, diz respeito ao período compreendido entre o primeiro trimestre de 2014 e o último de 2016, quando o PIB acumulou queda de 9%, e a ocupação recuou 2%.

Para Cláudio Dedecca, economista da Unicamp especialista em mercado de trabalho, esse recuo mostra que o País está deixando de usar a sua capacidade de trabalho para potencializar a riqueza. “É um dado preocupante, porque cada trabalhador brasileiro passou a produzir menos. A contribuição dele para o PIB refletiu uma recessão muito violenta”, disse.

Novos cortes podem impactar Minha Casa Minha Vida

Governo Situação é delicada na faixa 1 do programa, justamente aquela que atende a população de mais baixa renda, com subsídios para quem ganha até R\$ 1,8 mil

Agência Estado

Redacao@diarioam.com.br

São Paulo

As contratações de novos empreendimentos no programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) evoluíram lentamente nos primeiros meses do ano, após as mudanças nas regras e pelos resquícios da crise, segundo o governo. No primeiro trimestre, foram contratadas 72,6 mil unidades no MCMV, o que corresponde a 12,7% da meta de 570 mil unidades em 2017, de acordo com balanço fornecido pelo Ministério das Cidades.

Os dados mostram que as faixas 2 e 3, financiadas pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), avançaram de forma mais intensa do que a faixa 1, para as camadas mais pobres, subsidiada pelo Tesouro Nacional. As faixas 2 e 3 tiveram, juntas, 70,8 mil unidades contratadas, ou 17,7% da meta do ano, de 400 mil unidades para os dois segmentos. Já a faixa 1 quase não saiu do lugar. Foram apenas 1,8 mil unidades, ou apenas 1,1% da meta de 170 mil contratações no ano.

Os dados do balanço não incluem a recém-criada faixa 1,5, que é contabilizada de forma diferenciada pela Ministério.



Foto: Divulgação

Andamento Governo terá que pisar no acelerador para atingir meta anunciada para o ano

De acordo com a secretária Nacional da Habitação, Maria Henriqueta Alves, o MCMV vai se intensificar nos próximos meses, quando terá absorvido os ajustes regulatórios feitos recentemente. "O ritmo de contratações no começo do ano ficou impactado pela mudança na legislação", explicou. "A partir de abril, já houve melhora".

Em fevereiro, o governo federal anunciou aumento nos limites dos preços dos imóveis e das faixas de renda da população que podem en-

trar no programa. As novidades foram regulamentadas nas semanas seguintes e passaram a valer a partir de março. Até então, os tetos inviabilizavam muitos projetos das incorporadoras, que passaram a ser retomados agora.

Já na faixa 1, a situação é mais delicada. O governo de Dilma Rousseff deixou 60 mil unidades paralisadas por conta de atraso ou suspensão de pagamento às construtoras, por falta de recursos nos cofres.

O governo diz ter voltado a

pagar as construtoras a cada 30 dias, enquanto na gestão passada esse prazo foi alargado para até 90 dias. Além disso, 28 mil unidades já tiveram as obras retomadas e há outras 8 mil em processo de normalização. Isso tem demorado mais do que o previsto, pois alguns empreendimentos demandam novos orçamentos, como nos casos de depredações ou obras paradas há muito tempo. "Pagamos os atrasados, retomamos as obras e depois vamos voltar com as contratações", frisou a secretária.

ENIC BRASÍLIA
24 A 26 DE MAIO
BRASIL 21



INSCRIÇÕES ABERTAS
WWW.CBIC.ORG.BR/ENIC



Senadores discordam sobre o fim do imposto sindical no País

Legislação Atual O Imposto Sindical, previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), é pago anualmente pelos trabalhadores das diversas categorias profissionais

Agência Senado

Redacao@diarioam.com.br

Brasília

Há discordância entre os senadores quando ao fim do Imposto Sindical, incluído do projeto da reforma trabalhista (PLC 38/2017), que começa a tramitar no Senado depois de aprovada pela Câmara dos Deputados. O Imposto Sindical, previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), é pago anualmente pelos trabalhadores das diversas categorias profissionais ou que exercem uma profissão liberal e que são representados por um sindicato.

O imposto, também conhecido como contribuição sindical, corresponde à remuneração de um dia de trabalho. Os recursos da contribuição são distribuídos entre o sindicato ao qual é filiado o trabalhador, as federações, confederações e uma conta especial administrada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

A inclusão do item no projeto da reforma trabalhista foi comemorada pelo senador Sérgio Petecão (PSD-AC), que afirmou que os sindicatos usam os recursos públicos para atender interesses privados. “Não sou contra sindicato, muito pelo contrário. Sabemos que há sindicatos que prestam um serviço ao trabalhador. Mas para que 11.257 sindicatos? É muita gente ganhando dinheiro. Tem muita gente fazendo farra com dinheiro público”, disse.

Petecão lembrou que em 2016 apresentou um projeto (PLS 385/2016) que modifica a contribuição sindical, tornando-a obrigatória apenas para trabalhadores filiados aos sindicatos e não para todos aqueles que fazem parte de uma categoria econômica, como obriga a (CLT).

O relator do projeto de Petecão, que se encontra na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Wilder Moraes (PP-GO), defendeu maior fiscalização do uso dos recursos recolhidos. A senadora Regina Sousa (PT-PI) afirmou que vários sindicatos agem unicamente em favor dos trabalhadores. Segundo ela, o dinheiro não é público e o governo desconta e fica especulando com ele um bom tempo até passar para o

sindicato.

Centrais

Apenas em 2016, sindicatos, federações, confederações e centrais receberam R\$ 2,1 bilhões dos R\$ 3,5 bilhões distribuídos. O restante foi repassado a entidades patronais — as empresas também contribuem — ou engordou o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Força Sindical e Central Única dos Trabalhadores (CUT), as principais centrais do País, têm visões um pouco diferentes sobre a extinção da contribuição sindical, criada na década de 1940, mas estão afinadas na percepção de que a proposta faria parte do conjunto de medidas da reforma com o objetivo de enfraquecer os sindicatos, levando a relação entre capital e

trabalho a ficar mais favorável aos empregadores. Alegam que, sem os recursos, terão menos condições materiais para fazer atendimentos a trabalhadores, como serviços de saúde e jurídicos, além das mobilizações por direitos e reivindicações.

Do outro lado do balcão, as entidades patronais, que também recebem parte dos recursos recolhidos com a contribuição sindical das empresas, se dividem em relação ao fim da cobrança compulsória. Enquanto a indústria aplaude, o setor de comércio e serviços tem restrições. No ano passado, mostra levantamento do Ministério do Trabalho, as organizações que representam os empregadores receberam R\$ 777 milhões, equivalente a 22% do total distribuído.

Foto: Divulgação/Bo



Legislação Fim de imposto sindical enfrenta lobby de centrais sindicais de trabalhadores e de empresários no Brasil

INSCREVA-SE AQUI



PREPARATÓRIO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA PARA O
8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

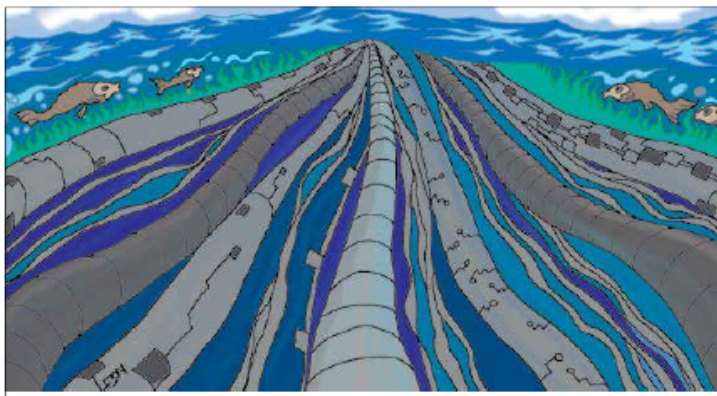
10 A 12 DE MAIO | 2017 | MANAUS - AM

Edição: Aldisio Filgueiras
Email: opiniao@emtempo.com.br
Telefone: (92) 3090-1013

OPINIÃO

CONTEXTO

EMERSON QUARESMA | EMERSONQUARESMA@EMTEMPO.COM.BR | QUARESMA.EMERSON@GMAIL.COM | 92-3090-1017



Amazônia Conectada: segunda fase

Em duas semanas a empresa de mergulho Aquamar iniciará, no Comando Militar da Amazônia (CMM), os trabalhos da segunda fase do programa Amazônia Conectada. Com aporte de R\$ 7,5 milhões, a firma realizará a ligação subaquática de 640 quilômetros de cabo de fibra óptica entre Manaus, Manacapuru e Coari, pelo rio Solimões, e depois pelo rio Negro entre Manaus e Novo Airão. Na primeira fase, foi feita uma ligação de 235 quilômetros de fibra óptica entre Coari e Tefé. O terceiro momento do projeto, segundo o empresário Emanuel Cassiano, será a conexão entre Tefé e Tabatinga, provavelmente em outubro deste ano. Os cabos, que são de responsabilidade do Centro Integrado de Telemática do Exército (Citex), contam com 24 fibras.

Às operadoras

Apenas uma fibra será exclusiva do Exército. As outras 23 fibras do programa Amazônia Conectada serão destinadas às comunidades. Há uma conversa iniciada entre o Exército e as operadoras Vivo Telecom e TIM, segundo informou Cassiano.

A fila

Com a eleição atípica no Amazonas, grandes temas que estavam em discussão na pauta da capital e do Estado vão tomar o velho chá de cadeira. Com todos os partidos e políticos reorganizando as suas estratégias, ficam na fila, por exemplo, assuntos como Uber e CPI do Diesel.

O que fazer?

Num café da manhã entre o governador José Melo (Pros) e o presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (Aleam), David Almeida, o parlamentar disse: "Mas governador, o senhor foi o eleito. Eu não!". Depois perguntou: "O que é que eu vou fazer?".

A resposta

Ao deputado, que foi seu líder de governo e que ajudou a se tornar presidente da Aleam, Melo disse: "Se você quer realmente ajudar o Amazonas, só continue o trabalho que começamos como o barco PAI, as mudanças na saúde pública, a nova matriz econômica

ambiental".

Interessado

Na última conversa com a sua equipe de Produção e Meio Ambiente, José Melo pediu a eles que continuassem com os trabalhos da nova matriz econômica do Estado, até porque o ministro do Meio Ambiente, Samey Filho, quer mais detalhes do programa.

Mais ou menos

O vereador Sassá da Construção (PT) abriu uma enquete no seu Facebook sobre o que os seus seguidores acham de tonar obrigatória a fiscalização quadrimestral da qualidade das águas das escolas e creches municipais de Manaus. Por que não mensal, vereador?

Construção 1

Em busca de soluções econômicas para o setor da construção civil, gravemente afetada pela recessão, o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Amazonas (Sinducon-AM) confirmou participação no Encontro Nacional da Indústria da Construção.

Construção 2

Considerado o maior evento brasileiro do calendário anual da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), o evento reunirá empresários do setor de todo o país, em Brasília, de 24 a 26 de maio deste ano.

Esquenta nas galerias

Para movimentar as galerias populares Espírito Santo e Remédios e os camelódromos Floriano Peixoto I e Epaminondas, na semana que antecede o Dia das Mães, a Subsecretaria do Centro Histórico (Subsemch) realizará ações voltadas para e elas, nos dias 12 e 13.

Homenagens

Entre os atrativos, as mães contarão com uma Blitz Beleza e um "aulão" de ritmos nas galerias. O camelódromo Floriano Peixoto I prepara um café da manhã para as suas empreendedoras, no dia 13, e o camelódromo Floriano I realizará sorteio de brindes.

Diversidade

A programação da Semana do Meio Ambiente 2017, da Prefeitura de Manaus, em junho, terá como marca a diversidade de eventos. Irão do esporte à dança, passando pela distribuição de mudas, revitalização de área verde e lançamento de publicação ambiental.

Quem será?

Ainda com parcerias importantes e inusitadas sob "sigilo", a Semana terá como cenários os parques urbanos e unidades de conservação geridas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semmas).

Mais notícias

- [Uso de madeira na construção civil ajuda a preservar florestas, diz WWF-Brasil](#)
- [Construção civil tem mais de 20 mil acidentes por ano](#)
- [Engenheiros e geólogos da Petrobras participam de palestra do Conselho](#)
- [Indústria defende fim da cobrança ilegal do escaneamento de contêineres](#)
- [Evento destaca ganhos em Saúde e Segurança do Trabalho para indústria](#)
- [Comitiva chinesa anuncia interesse no setor madeireiro](#)
- [Jorge Júnior destaca ações para atração de investimentos no PIM](#)
- [Indicadores do mercado imobiliário nacional podem contribuir para formulação de políticas públicas](#)
- [Indicador imobiliário nacional é ferramenta estratégica para o empresário conhecer o mercado](#)
- [Reforma do Sinapi fortalece a transparência e aperfeiçoa a tomada de decisões em obras públicas](#)
- [Indústria da construção avança na direção do fortalecimento de mecanismos de gestão das empresas do setor](#)

Agenda

- **Fórum Mundial das Águas (promovido por Confea, Crea-AM e Sinduscon-AM)**
10 a 12 de Maio | Tropical Manaus Ecoresort
Mais informações: <http://mundialagua.confea.org.br/>
- **Disseminação das ideias por uma nova cultura urbana com a apresentação de Guia Ilustrado**
11 e 12 de Maio | 11/3 14h às 18h | 12/3 08h30 às 12h30 | Jacaréi-SP
- **89º Encontro Nacional da Indústria da Construção Civil (ENIC)**
24 a 26 de Maio | Centro de Eventos e Convenções Brasil 21, Brasília, DF
- **ROAD SHOW da Concepção à Construção em Aço (CBCA)**
30 de Maio | Auditório Gilberto Mendes de Azevedo – FIEAM



**Da Concepção
à Construção
em Aço**

30 de Maio de 2017 | 18h
Auditório Gilberto Mendes de Azevedo
Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM
Av. Joaquim Nabuco, 1919, Centro, Manaus

INSCREVA-SE